



24 DE FEVEREIRO DE 2016

Quarta-feira

- SONDAGEM DA CNI MOSTRA PRODUÇÃO AINDA EM QUEDA EM JANEIRO
- FAZENDA E RECEITA AMPLIAM PRAZO PARA PEQUENA EMPRESA SEGUIR REGRA DO ICMS
- FUNCIONÁRIOS DA VALE ENTRAM EM GREVE EM CIDADES DE MG POR PLR
- GREVE DE FUNCIONÁRIOS DA VALE AFETA PRODUÇÃO EM 7 MINAS, DIZ SINDICATO
- TRABALHADORES DA VALE PARALISAM MINA EM MG PARA PROTESTAR POR PLR, DIZ SINDICATO
- ACORDO AUTOMOTIVO ENTRE BRASIL E ARGENTINA É IMPORTANTÍSSIMO, DIZ TEMER
- ARGENTINA DEFENDE REFORMA DO MERCOSUL PARA DESTRAVAR ACORDOS
- POWELS COMEÇA A MUDAR VOLKSWAGEN NO BRASIL
- VW ATUALIZA GOL E VOYAGE E BAIXA PREÇOS
- VOLVO JÁ FEZ 50 MIL I-SHIFT NO BRASIL
- TRABALHADORES DA ARTEB VOLTAM À PRODUÇÃO
- MAN LATIN AMERICA AVANÇA EM TELEMÁTICA
- MONTADORAS ESPERAM POR GRANDE RUPTURA NO MODELO DE NEGÓCIOS EM 5 ANOS
- LUCRO LÍQUIDO DA MARCOPOLO DIMINUI 60% EM 2015
- HONDA XRE 300 RECEBE AJUSTES NA LINHA 2016
- IDADE MÍNIMA E ISONOMIA ENTRE TRABALHADORES DEVEM SER PRIORIDADE NA REFORMA DA PREVIDÊNCIA, APONTA CNI
- ARTIGO: UMA REFORMA ESSENCIAL
- GRUPOS QUE PRETENDEM INVESTIR NO LITORAL AGRADECEM G7 POR ALTERAÇÃO NA POLIGONAL DOS PORTOS
- TAXA DO CHEQUE ESPECIAL SOBE EM JANEIRO A 292,3%, REVELA BC
- SAIBA COMO O REBAIXAMENTO DA NOTA DO BRASIL AFETA A SUA VIDA

- BRASILEIRO LEVA OITO MESES PARA SE RECOLOCAR NO MERCADO DE TRABALHO
- NOVA LINHA DE FINANCIAMENTO À EXPORTAÇÃO PRIVILEGIA EMPRESA INOVADORA
- VENDAS DE COMBUSTÍVEIS CAÍRAM 12,7% EM JANEIRO, DIZ ANP
- INADIMPLÊNCIA AUMENTOU 10% NO PARANÁ, INDICA FACIAP
- ALTA CÚPULA DOS SÓCIOS DA USIMINAS SE REÚNE PARA DISCUTIR RUMO DA SIDERÚRGICA
- MOODY'S É TERCEIRA AGÊNCIA INTERNACIONAL A CLASSIFICAR O BRASIL COMO MAU PAGADOR
- ARTIGO: MOODY'S PUXA O BAND-AID DA ECONOMIA
- JURO DO CARTÃO CHEGA A 439%, E O DO CHEQUE É O MAIOR EM QUASE 22 ANOS
- INDÚSTRIA MANTEVE PARADA 38% DA PRODUÇÃO EM JANEIRO, DIZ CNI
- INDÚSTRIA DE EMBALAGEM VÊ RETRAÇÃO DE 2,8% NA PRODUÇÃO EM 2016
- WEG TEM ALTA DE 46% NO LUCRO LÍQUIDO DO 4º TRI APOIADA EM MERCADO EXTERNO
- FATURAMENTO DA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS CAI 35% EM JANEIRO, DIZ ABIMAQ

CÂMBIO		
EM 24/02/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,985	3,986
Euro	4,394	4,395

Fonte: BACEN

Sondagem da CNI mostra produção ainda em queda em janeiro

24/02/2016 – Fonte: EM.com

A atividade industrial continua em queda neste início do ano, segundo revela a pesquisa Sondagem Industrial divulgada nesta quarta-feira, 24, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI).

O índice que mede a evolução da produção ficou em 39,7 pontos em janeiro ante 35,5 pontos em dezembro. Embora maior que o observado no final do ano passado, destaca a CNI, o índice ficou abaixo dos 50 pontos, o que revela queda da produção.

"Destaca-se que o índice de janeiro de 2016 é o menor para o mês desde o início da série mensal, o que significa dizer que a intensidade da queda da produção para o mês é a maior registrada pela série" (que começou em 2011), afirma a entidade.

A pesquisa revela ainda que o emprego industrial continua em queda. O índice que mede a evolução do número de empregados ficou em 41,4 pontos em janeiro (ante 41,5 pontos em dezembro), abaixo dos 50 pontos.

O documento destaca que, quanto mais abaixo dos 50 pontos, mais intensa e disseminada é a queda da produção ou do emprego. Na pesquisa, os índices de evolução da produção e do emprego variam de 0 a 100 pontos.

Essa retração na atividade fez com que os estoques da indústria caíssem em janeiro, registrando o índice de 48,4 pontos.

"Essa redução permitiu manter os estoques no nível planejado pelas indústrias pelo segundo mês consecutivo", destaca a CNI. O índice que mede o estoque efetivo em relação ao planejado passou de 49,8 pontos em dezembro para 50,3 pontos em janeiro.

Capacidade instalada

A Sondagem Industrial mede também a ociosidade do parque industrial. Segundo os dados da pesquisa, em janeiro, 38% da indústria ficou ociosa.

A utilização da capacidade instalada (UCI) foi de 62% no período, a mesma registrada em dezembro de 2015, mantendo-se no piso da série histórica iniciada em 2011. O percentual alcançado em janeiro deste ano é cinco pontos menor que o registrado em janeiro de 2015.

Expectativas

Os empresários continuam pessimistas em relação à demanda, ao número de empregados e compras de matérias-primas para os próximos seis meses.

O índice de expectativa sobre a demanda ficou em 45,6 pontos, o de empregados registrou 42,1 pontos e o de compras de matéria-prima foi de 43,6 pontos.

Também nesse caso, valores abaixo de 50 pontos indicam perspectivas negativas.

Somente com relação às expectativas sobre as exportações foi registrado otimismo.

O índice nesse caso ficou em 53,5 pontos em fevereiro, ante 52,4 pontos registrados em janeiro.

"A baixa demanda no mercado doméstico faz com que os empresários voltem suas atenções cada vez mais para o mercado externo", explica o economista da CNI Marcelo Azevedo, em nota divulgada pela entidade.

As intenções de investimentos dos empresários industriais continuam baixas. O índice teve a segunda queda consecutiva em fevereiro, registrando 39,8 pontos ante 41,6 pontos de janeiro.

A Sondagem Industrial divulgada hoje foi feita entre os dias 2 e 18 de fevereiro, com 2.480 empresas.

Fazenda e Receita ampliam prazo para pequena empresa seguir regra do ICMS

24/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e a Receita Federal prorrogaram até 20 de abril o prazo para que as micro e pequenas empresas do comércio virtual enviem declarações com as novas regras de recolhimento de ICMS. A decisão foi publicada na segunda-feira (22) no Diário Oficial da União. O prazo anterior era de 4 de dezembro do ano passado.

Desde o início deste ano, empresas que fazem vendas para consumidores finais localizados em outros estados são responsáveis por calcular qual o imposto devido ao estado em que ela está e qual a parcela cabida ao estado de destino do produto.

Antes, todo o imposto da venda ficava onde a empresa estava instalada. Antes do envio da mercadoria, a empresa deve gerar guias de recolhimento do ICMS, pagá-las e anexá-las ao produto.

No último dia 17, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu liminar que, na prática, livra as micro e pequenas empresas das mudanças nas regras de cobrança de ICMS no comércio eletrônico.

Para o ministro Dias Toffoli, a cláusula sobre a regra de recolhimento do ICMS não observa o princípio constitucional que garante tratamento diferenciado a firmas de pequeno porte.

As mudanças introduzidas pelo convênio 93/15 do Confaz, ligado ao Ministério da Fazenda, entraram em vigor em janeiro. Como resultado, micro e pequenas empresas do comércio virtual elevaram preços, atrasaram entregas e deixaram de vender para outros Estados.

Além da burocracia criada com o pagamento do tributo em mais de um estado, a nova regra também eleva o ICMS pago por empresas optantes pelo Simples, regime simplificado para pequenas empresas.

O aumento acontece porque, antes da mudança da regra, todo o ICMS pago pelas pequenas empresas era destinado ao Estado de origem, seguindo uma tabela com alíquotas menores no caso de optantes pelo Simples. Esses valores não tiveram desconto, mesmo com a exigência dos novos pagamentos que são feitos após cada venda.

As mudanças afetaram a venda de 34% das lojas virtuais, de acordo com pesquisa do Sebrae. Apesar das reclamações de micro e pequenas empresas, o Confaz defende a obrigatoriedade de que essas companhias sigam as novas regras para pagamento de ICMS.

O Confaz afirma que, do modo como está, grandes empresas são incentivadas a se instalar em locais em que recebem mais benefícios fiscais, obtendo mais

competitividade em relação às pequenas, que, em geral, não têm como fazer essa escolha.

Funcionários da Vale entram em greve em cidades de MG por PLR

24/02/2016 – Fonte: R7

Funcionários da mineradora Vale entraram em greve na terça-feira em nove unidades nas cidades mineiras de Nova Lima e Itabirito, segundo o Sindicato Metabase de Belo Horizonte, em protesto contra o não pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) de 2015, algo inédito na história recente da companhia, que lida com a baixa dos preços dos seus principais produtos.

Em nota, a Vale afirmou que desde o início da manhã de terça-feira está ocorrendo o bloqueio de portarias de diversas unidades operacionais da empresa, localizadas nos municípios de Nova Lima e Itabirito.

O sindicato e a Vale não informaram se o movimento provocou algum impacto na produção. A Vale, maior produtora de minério de ferro do mundo, disse que vem mantendo negociação com o sindicato para a liberação das portarias.

A empresa confirmou que é a primeira vez desde a privatização, em 1997, que a mineradora não paga qualquer espécie de bônus por desempenho a seus funcionários. Segundo a Vale, de acordo com os critérios fixados no atual acordo de PLR, o seu pagamento referente a 2015 não é devido.

"Cabe ressaltar que esses critérios estabelecidos no Acordo de PLR foram aprovados pelos sindicatos e pelos empregados em assembleias conduzidas por esses sindicatos", disse a empresa.

As ações preferenciais da Vale operavam em baixa de quase 5 por cento às 13:33, enquanto o Ibovespa recuava 1,4 por cento.

Greve de funcionários da Vale afeta produção em 7 minas, diz sindicato

24/02/2016 – Fonte: R7

A Vale teve sua produção afetada em sete minas das cidades de mineiras de Nova Lima e Itabirito durante paralisação realizada pelos funcionários nesta terça-feira, afirmou o diretor do Sindicato Metabase Belo Horizonte Braz Abreu.

Os funcionários, que protestaram contra decisão da empresa de não pagar Participação nos Lucros e Resultados (PLR) referente a 2015 --algo inédito na história recente da companhia--, suspenderam a greve temporariamente à espera de negociações com a mineradora.

O sindicato não informou qual foi o impacto na produção. Já a Vale, que lida com preços baixos do minério de ferro, não informou imediatamente se houve parada na produção das minas afetadas pela greve, que são Mutuca, Capão Xavier, Tamanduá, Capitão do Mato, Mar Azul, Vargem Grande e Pico.

A mineradora, maior produtora global de minério de ferro, informou que as sete minas e dois terminais rodoviários tiveram seus portões bloqueados por manifestantes para a entrada de funcionários de manhã. O acesso foi liberado apenas a partir das 14h.

Segundo Abreu, houve adesão de 98 por cento dos 6 mil funcionários que trabalham nas nove unidades da empresa.

Segundo o sindicalista, o Metabesa Belo Horizonte aguarda um resultado positivo das negociações e, caso a empresa confirme novamente que não irá pagar a PLR, os funcionários poderão retornar à greve. Os empregados permanecem em estado de greve, disse ele.

É a primeira vez desde a privatização, em 1997, que a mineradora não paga qualquer espécie de bônus por desempenho a seus funcionários. Segundo a Vale, de acordo com os critérios fixados no atual acordo de PLR, o seu pagamento referente a 2015 não é devido.

"Cabe ressaltar que esses critérios estabelecidos no Acordo de PLR foram aprovados pelos sindicatos e pelos empregados em assembleias conduzidas por esses sindicatos", disse a empresa.

Trabalhadores da Vale paralisam mina em MG para protestar por PLR, diz sindicato

24/02/2016 – Fonte: R7

Trabalhadores da mineradora Vale paralisaram as atividades às 6:30 desta quarta-feira na mina de minério de ferro Timbopeba, no complexo de Mariana (MG), para protestar pelo pagamento de Participação nos Lucros e Resultados (PLR), afirmou um sindicalista local.

A companhia decidiu não pagar o PLR referente a 2015, algo inédito na história recente da empresa, em meio a preços baixos das commodities que afetam os resultados.

"A gente acha que pode influenciar outras minas e outros representantes sindicais (com o protesto). Só uma paralisação nacional vai poder influenciar a decisão da Vale", disse o diretor do Sindicato Metabase Inconfidentes Valério Vieira, acrescentando que haverá negociação com a Vale na quinta-feira, após protestos em outras unidades da mineradora na terça-feira.

Não foi possível contatar a Vale imediatamente.

Acordo automotivo entre Brasil e Argentina é importantíssimo, diz Temer

24/02/2016 – Fonte: R7

O vice-presidente Michel Temer afirmou nesta terça-feira, 23, que o encontro com a vice da Argentina, Gabriela Michetti, foi muito "produtivo" e tratou da agenda bilateral, especialmente em relação ao acordo no setor automotivo que os dois países trabalham para fechar.

"O acordo automotivo entre Brasil e Argentina é importantíssimo. A meta é alcançar o livre comércio bilateral no setor", disse Temer.

O vice afirmou ainda que os dois conversaram sobre como acelerar o acordo entre o Mercosul e a União Europeia.

A questão da atuação conjunta nas regiões fronteiriças, para combater a criminalidade e o tráfico de drogas, também foi discutida.

Gabriela Michetti, por sua vez, afirmou que desde que Maurício Macri assumiu o comando da Argentina, em dezembro do ano passado, tem trabalhado para fortalecer o vínculo com o Brasil. "Queremos encontrar oportunidades que façam bem para os dois países", disse.

Uma das ideias de Michetti, que também exerce a presidência do Senado argentino, é criar uma comissão com parlamentares dos dois países para discutir temas de interesse bilateral. Ela deve visitar o Senado brasileiro nesta tarde.

Durante o brinde, ela brincou dizendo que os argentinos têm fama de que sabem de tudo, mas que o novo governo está disposto a atuar com "humildade" para aprender junto com o Brasil a construir soluções e melhorar a relação.

Argentina defende reforma do Mercosul para destravar acordos

24/02/2016 – Fonte: Gazeta do Povo



O secretário de Comércio da Argentina, Miguel Braun, defendeu nesta terça (23) em Washington mudanças no processo decisório do Mercosul para destravar negociações de tratados comerciais com outros países e blocos econômicos.

Também afirmou que um acordo de livre comércio com o Brasil no setor automotivo "é um dos instrumentos" que estão em sendo discutidos entre os dois países, mas não indicou um prazo para sua implementação.

Primeiro alto funcionário argentino a visitar os Estados Unidos desde a posse do presidente Mauricio Macri, em dezembro, Braun buscou projetar uma imagem de abertura de seu país, enfatizando o contraste com o governo da antecessora, Cristina Kirchner.

"Depois de uma década de populismo, o estado do Estado é calamitoso", afirmou, durante apresentação no centro de estudos Atlantic Council. Ele disse que os ajustes para o novo modelo serão graduais e o objetivo é firmar parcerias estratégicas. "A Argentina está novamente aberta aos negócios".

Nesse sentido, expressou um forte apoio da Argentina à negociação de acordos comerciais entre o Mercosul e outros países e regiões. Citou como exemplos o Canadá, a Aliança do Pacífico (Chile, Colômbia, México, Peru e Costa Rica) e a Parceria Transpacífico, tratado de livre comércio firmado em outubro do ano passado entre Estados Unidos e outros 11 países.

No horizonte mais curto, o presidente Mauricio Macri disse em entrevista nesta semana que o tratado de livre comércio entre Mercosul e União Europeia, que começou a ser negociado há mais de 15 anos, poderá ser assinado em até 30 dias, após avanços na parte agrícola.

Para Braun, uma conjunção de interesses no bloco abriu "uma janela de oportunidade histórica" para os membros do Mercosul.

“É a primeira vez desde a sua criação que todos os quatro países fundadores realmente querem olhar para o mundo e se engajar de forma construtiva, por diferentes motivos. O Brasil hoje tem uma indústria muito competitiva, quer sair e fazer novos acordos de comércio”, disse.

“Concordamos com nossos parceiros brasileiros em que este é o momento de irmos juntos ao mundo.”

Braun não citou em nenhum momento a Venezuela, que o presidente Macri defendeu suspender do Mercosul por supostamente violar a “cláusula democrática”.

Mas ressaltou que é necessária uma reforma institucional do bloco sul-americano para facilitar sua integração ao comércio global.

“Há uma oportunidade de rediscutir algumas das instituições que impediram a integração do Mercosul com o mundo, e uma delas é que tudo deve ser aprovado por consenso”, disse Braun. “Mas consenso não significa necessariamente unanimidade e essa é uma das áreas que precisamos discutir com nossos parceiros.”

Apesar do discurso em defesa da abertura comercial, Braun foi cauteloso ao falar sobre o acordo automotivo com o Brasil. A Argentina resiste à proposta brasileira de livre-comércio de veículos e autopeças entre os dois países, temendo perdas devido à perda de competitividade sofrida com a desvalorização da moeda brasileira.

“Vamos trabalhar juntos para que o setor automotivo nos dois países cresça. O objetivo é que a produção aumente”, disse Braun à reportagem. Ele acrescentou que o acordo de livre comércio “é um dos instrumentos que estão em discussão, mas ainda não se chegou a um acordo”.

Os dois governos anunciaram na semana passada que um acordo de livre comércio para o setor automotivo é um plano “de longo prazo”, após encontro em Buenos Aires na semana passada entre os ministros Armando Monteiro (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior), pelo Brasil, e Francisco Cabrera (Produção), pela Argentina.

Com isso, frustrou-se a expectativa do Brasil de implementar o livre comércio em substituição ao acordo automotivo de isenção de impostos, que vence no dia 30 de junho.

Ao exaltar a abundância de recursos energéticos na Argentina, tanto fósseis como renováveis, Braun citou o Brasil.

“Há essa velha piada que as pessoas geralmente associam ao Brasil, mas que se aplica à Argentina também. O Brasil é o país do futuro e sempre será. A Argentina tem esse grande potencial e sempre terá, a menos que nós façamos algo a respeito”, disse Braun.

Powels começa a mudar Volkswagen no Brasil

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business

Há cerca de um ano no comando da Volkswagen do Brasil, o sul-africano David Powels começa a adotar medidas para mudar o curso da empresa icônica da indústria automobilística brasileira, que nos últimos três anos vem batendo recordes negativos de perda de participação na preferência dos brasileiros – terminou 2015 em terceiro lugar no País, com 14,5% de market share e queda das vendas de 37,6% sobre 2014, dez pontos percentuais acima da média do mercado.

“Tivemos um ano extremamente difícil em 2015 e 2016 não será diferente. Apenas metade da capacidade de produção da indústria está sendo utilizada, deixando todos em situação crítica.

“Nesse cenário, o que estamos fazendo é preparar a empresa para o futuro, com a adoção de uma nova estratégia”, disse Powels na segunda-feira, 22, durante o evento de lançamento dos novos Gol e Voyage).

Segundo Powels, desde setembro do ano passado foi implantado um programa com seis pilares de atuação: imagem, produtos, clientes, pessoas, fábricas e fornecedores.

“Isso já gerou 300 projetos internos de melhorias em diversos níveis”, contou.

No departamento da imagem, Powels quer design de produtos mais atraente e tornar a marca mais humana e emocional.

O arrogante e racional slogan Das Auto (O Carro) está sendo abandonado, para dar lugar simplesmente ao nome da marca, Volkswagen, que poderá vir acompanhada da assinatura “inspirada na sua vida”.

Ao mesmo tempo, foram iniciadas ações para melhorar o relacionamento da rede com os clientes, com o objetivo de transmitir mais segurança e, com isso, retomar a lealdade perdida dos consumidores brasileiros.

Os produtos vão mudar bastante. O plano é investir fortemente no desenvolvimento de quatro novos carros nos próximos quatro anos, que segundo Powels “serão produzidos sobre uma plataforma mais moderna”.

Comenta-se no mercado que a intenção é fazer mais veículos sobre a plataforma global modular da marca a MQB, que poderá ser usada no Gol e seus derivados.

“Já fazemos hoje um modelo global em cada planta, o Jetta em São Bernardo, o Golf em São José dos Pinhais e o Up! em Taubaté. E não vamos parar por aí.”

Produtos mais globalizados serão fundamentais para seguir aumentando as exportações. Powels destacou que as vendas externas da Volkswagen cresceram 35% em 2015 na comparação com 2014, um percentual consideravelmente acima da alta média de 25% da indústria.

Também haverá modernização das quatro unidades de produção no Brasil (São Bernardo do Campo, Taubaté, São José dos Pinhais e São Carlos). “Entre as mais de 50 fábricas que o grupo tem no mundo, estaremos entre as 10 mais produtivas”, resume Powels.

O executivo também reconhece a situação crítica dos fornecedores e diz que a Volkswagen vai ajudá-los, pois entende que sem eles não conseguirá progredir em seus planos.

“Estamos traçando planos para introduzir novas tecnologias, orientar na redução de custos e aumentar a produtividade, para que os fornecedores tenham a sustentabilidade financeira de que precisam”, defende.

No centro de tudo Powels diz que estão as pessoas, os colaboradores da Volkswagen no Brasil.

“Elas são a base de tudo, é o que fará a diferença”, diz. Entre as 10 características que o executivo quer impor à companhia no País, a primeira é “ser reconhecida como uma empresa vencedora”.

VW atualiza Gol e Voyage e baixa preços

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business

Para tentar recuperar terreno perdido, a Volkswagen investiu R\$ 363 milhões na atualização de dois de seus modelos mais vendidos no Brasil, Gol e Voyage, que após anos de liderança em seus segmentos cederam espaço para concorrentes mais modernos.

Depois de 27 anos na posição número um do mercado brasileiro, o Gol perdeu o posto há dois anos e hoje é apenas o quinto hatch compacto mais vendido do País. O Voyage também ocupou as primeiras posições mas fechou 2015 na quarta colocação entre os sedãs pequenos.

Para mudar esse cenário, a VW aposta na maior oferta de equipamentos e conectividade para ambos os carros, com preços mais baixos do que a concorrência pratica para veículos com o mesmo nível de equipamentos.

Jorge Portugal, vice-presidente de vendas de marketing da Volkswagen do Brasil, afirma que Gol e Voyage são os primeiros de uma nova safra de produtos que buscam atender com melhor custo-benefício as necessidades dos clientes, para tornar a marca novamente uma referência do mercado.

O executivo diz que, para atingir esse objetivo, as margens foram sacrificadas. Com isso, os preços da nova versão do Gol estão, em média, 2,5% mais baratos, enquanto a tabela do Voyage baixou 5,7%.

Como exemplo, Portugal citou o preço da versão mais vendida hoje do Gol, a Trendline 1.0 equipada com os opcionais ar-condicionado e sistema elétrico de vidros, travas e retrovisores, que tinha preço sugerido de R\$ 38.790 e, nos cálculos da montadora, deveria passar a R\$ 39.600 com o novo motor 1.0 seis cavalos mais potente e outras atualizações.

“Mas para o carro nesta configuração vamos cobrar R\$ 37.690, ou R\$ 1.910 a menos do que deveríamos estar cobrando”, destacou o executivo. O “desconto” projetado para o Voyage Trendline 1.0 é ainda maior, de R\$ 3.520, considerando que o sedã custava R\$ 46.090, deveria custar R\$ 47.310 e será vendido a R\$ 43.790.

Em uma comparação com os quatro concorrentes que hoje vendem mais do que o Gol (pela ordem, Chevrolet Onix, Fiat Palio, Hyundai HB20 e Ford Ka), todos na configuração mais demandada atualmente pelos clientes, incluindo ar-condicionado, direção assistida, trio elétrico e sistema de som, a Volkswagen afirma que seu hatch é de R\$ 2 mil a R\$ 5 mil mais barato.

“Reposicionamos o carro, o custo-benefício é diferente”, afirma Henrique Sampaio, gerente de marketing de produto.

Os pacotes de opcionais estão mais concisos e menos confusos. A versão de entrada Trendline é bastante espartana, mas já vem de série com direção hidráulica, ajuste de altura do banco do motorista e acionamento elétrico de vidros dianteiros e travas. Os únicos opcionais são ar-condicionado e sistema de som.

A opção intermediária Confortline já vem com tudo isso incluído e pode receber o pacote opcional de conectividade mais completo. “Estamos reduzindo os opcionais, é algo que o cliente não quer mais, porque não entra na valorização do carro”, explica Sampaio.

MENOS POR FORA E MAIS POR DENTRO



Os novos Gol e Voyage que chegam às concessionárias este mês passaram por uma leve reestilização externa e ganharam mais conteúdo interno. Por fora, as linhas foram quase que imperceptivelmente retocadas, com vincos reforçados para “alargar” o visual e mudanças maiores nos faróis e lanternas, que deixaram os modelos mais alinhados com o design global da Volkswagen.

Por dentro estão as grandes diferenças em relação à geração anterior (de 2012), com painel completamente novo, incluindo o quadro de instrumentos (cluster) com computador de bordo central multiconfigurável, além de sistema de infoentretenimento opcional que pode espelhar as funções do smartphone na tela central, por meio das interfaces Mirror Link, Apple Carplay e Android Auto. Na configuração mais completa, Gol e Voyage agora estão mais parecidos com os carros globais da VW.

Ambos agora têm a arquitetura eletroeletrônica global da VW, assim como já aconteceu com o Fox em 2015. Os carros podem receber sistema completo de conectividade e navegação GPS, com a instalação de dois tipos de tela sensível ao toque no centro do painel, que podem ser de série ou compradas como opcional, a depender da versão do modelo.

Sinal dos tempos em que o celular virou parte do corpo humano, todas as versões de Gol e Voyage podem ter opcionalmente um suporte original de fábrica para fixar o smartphone em um pequeno pedestal no centro do painel.



São quatro opções de sistema de infoentretenimento para os dois modelos. O mais básico é o Media, disponível apenas como opcional na versão de entrada Trendline. Sem tela, conjuga rádio AM/FM com entradas para reprodução de arquivos de som por SD Card, USB e auxiliar, além de conexão via Bluetooth e microfone para falar ao telefone celular.

A versão intermediária Confortline já vem de série com o Media Plus, que acrescenta CD player, reprodução de iPod/iPhone via USB e o Parking System, com alarmes sonoros que ajudam a estacionar. Esta opção já vem preparada para receber comandos dos botões do volante multifuncional – opcional para a versão Confortline e de série na Highline.

Já o topo de linha Highline vem equipado com o sistema Composition Touch – que pode ser instalado opcionalmente nas versões Confortline. Tem todas as funções já citadas e tela sensível ao toque de cinco polegadas, que espelha funções do smartphone.

O sistema mais completo Discover Media tem navegador GPS e só pode ser agregado como opcional nos Gol e Voyage Confortline ou Highline. A tela tátil é maior, de 6,33 polegadas, e mostra o monitoramento do sensor de estacionamento, ajuste gráfico do som, interatividade por comandos de voz e pareamento de até dois celulares por Bluetooth, incluindo a leitura de mensagens SMS nos alto-falantes.

Para o lançamento, nos três próximos meses a Volkswagen vai vender com preços mais baixos a versão especial Gol Connect, que tem todos os equipamentos da opção Confortline mais o pacote completo de conectividade Discover Media.

Esta versão também tem acabamento interno exclusivo, com apliques azulados, e uma cor externa única, Azul Lagoon. “Vamos fazer cerca de 700 unidades só para o lançamento”, promete Sampaio.

NOVO E VELHO MOTORES



As versões 1.0 dos novos Gol e Voyage agora usam só o novo e eficiente motor MSI, da família EA211, de três cilindros e 82 cavalos abastecido com etanol (ou 75 cv com gasolina), o mesmo que estreou em 2013 no Fox e em 2014 no Up!, com bloco e cabeçote de alumínio.

Ele é 10% mais potente e 8% mais econômico do que o antigo motor 1.0 EA111 de quatro cilindros, que agora foi definitivamente aposentado pela Volkswagen no Brasil.

Já as versões 1.6 vão continuar a usar o velho powertrain quatro-cilindros EA111 de 104/101 cv, com bloco de ferro. Existe a opção de câmbio manual ou automatizado I-Motion.

O novo 1.6 MSI quatro-cilindros EA211 de 120 cv, que já equipou o Gol Rally e é usado em algumas versões do Fox e Golf, não será mais oferecido na linha Gol e Voyage.

Também não está nos planos a oferta no Gol e Voyage do motor 1.0 turbinado que equipa o Up! TSI. “Avaliamos que o motor 1.6 EA111 atende 100% o que o mercado demanda para esse produto”, diz Sampaio.

APRENDIZADO

Desenvolvido no Brasil e lançado pela primeira vez em 1980, em seus 36 anos de mercado com 6,7 milhões de unidade vendidas no Brasil e 1 milhão exportadas para 60 países, o Gol é o carro mais produzido, vendido e exportado da história da indústria automobilística brasileira.

Por isso o modelo serviu de plataforma de aprendizado para a engenharia brasileira da Volkswagen.

“Nós aprendemos até hoje com o Gol e sua evolução. Sua robustez é usada como base de todo desenvolvimento no País”, afirma José Loureiro, gerente de desenvolvimento de produto.

Segundo Loureiro, não foi diferente desta vez. Foram 1,2 milhão de quilômetros rodados e milhares de horas de testes de laboratório feitos antes de lançar os novos Gol e Voyage, que se não demonstram grandes renovações ao olhar externo, passaram pelo pente-fino da engenharia. “O carro inteiro foi totalmente recertificado, refizemos todos os testes”, explica Loureiro.

A Volkswagen informa que o investimento de R\$ 363 milhões para atualizar os dois modelos envolveu o desenvolvimento de engenharia veicular e de motor, aquisição de bens de capital para modernização do processo produtivo e treinamento dos trabalhadores.

A área de montagem final das fábricas de Taubaté e Anchieta (São Bernardo do Campo) precisou de novos dispositivos para o encaixe da estrutura do novo painel que agrega as principais inovações tecnológicas.

Embora renovados e atualizados, os novos Gol e Voyage ainda são montados sobre a plataforma regional PQ24.

Eles deverão cumprir uma espécie de mandato tampão pelos próximos dois anos, até que possam ser montados sobre a plataforma modular global MQB, sobre a qual podem ser feitos 43 modelos das marcas do Grupo Volkswagen, como Golf e Audi A3 que já são montados na fábrica de São José dos Pinhais (PR).

Veja abaixo todos os preços dos novos Gol e Voyage:

GOL

- Trendline 1.0: R\$ 34.890
- Trendline 1.6: R\$ 40.190
- Confortline 1.0: R\$ 42.690
- Confortline 1.6: R\$ 47.490
- Confortline 1.6 I-Motion: R\$ 50.790
- Highline 1.6: R\$ 51.990
- Highline 1.6 I-Motion: R\$ 55.290
- Connect 1.0: R\$ 45.190
- Connect 1.6: R\$ 49.990
- Connect 1.6 I-Motion: R\$ 53.290

VOYAGE

- Trendline 1.0: R\$ 40.990
- Trendline 1.6: R\$ 44.590
- Confortline 1.0: R\$ 46.490
- Confortline 1.6: R\$ 49.790
- Confortline 1.6 I-Motion: R\$ 53.090
- Highline 1.6: R\$ 55.290
- Highline 1.6 I-Motion: R\$ 58.590

Volvo já fez 50 mil I-Shift no Brasil

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business



A Volvo comemora 50 mil caixas de câmbio eletrônicas I-Shift feitas no Brasil. A produção local começou em novembro de 2011 no complexo industrial da companhia, em Curitiba (PR). Até então, o componente era importado da fábrica de Köping, na Suécia.

A transmissão eletrônica I-Shift equipa os caminhões pesados FH, FM, FMX e VM e os chassis de ônibus rodoviários. Atualmente, quase todos os caminhões da linha F e todos os ônibus rodoviários pesados produzidos pela empresa na capital paranaense recebem esse câmbio.

O Brasil foi o primeiro a ter uma fábrica de caixas I-Shift fora da Suécia. O projeto para nacionalização durou cerca de dois anos e envolveu engenheiros dos dois países.

Segundo a montadora, o projeto implantado no Paraná serviu de modelo para a fabricação da I-Shift nos Estados Unidos.

Ainda de acordo com a Volvo, o sucesso da transmissão vem principalmente da redução no consumo de combustível, de até 5% em relação aos veículos com caixa manual. Outras vantagens estão na maior durabilidade da embreagem e no menor desgaste de pneus.

Trabalhadores da Arteb voltam à produção

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business

Os trabalhadores da Arteb de São Bernardo do Campo (SP) e da Karmann Ghia voltaram ao trabalho nesta semana.

Os funcionários da Arteb haviam parado a produção na quinta-feira, 18, em protesto contra a demissão de 370 dos 1,4 mil colaboradores. A decisão de voltar ao trabalho foi tomada após a companhia aceitar o início de um processo de negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

A primeira reunião entre a empresa e a entidade que reúne os trabalhadores foi realizada na segunda-feira, 22, e deve continuar nos próximos dias.

Segundo o diretor-executivo do sindicato, José Paulo Nogueira, entre os principais pontos de negociação estão a garantia do pagamento imediato das verbas rescisórias e a participação de dois trabalhadores no grupo de tomada de decisões da empresa.

“Queremos ajudar nesse processo. No entanto, qualquer decisão que a empresa tome a partir de agora, após o pedido de recuperação judicial, vai afetar diretamente a vida dos trabalhadores e por isso deve haver a participação deles na tomada de decisões”, ressalta Nogueira.

Os metalúrgicos da Karmann Ghia decidiram voltar ao trabalho nesta segunda-feira depois de 17 dias corridos de greve.

Eles aprovaram um novo acordo com a empresa que prevê o parcelamento dos valores em atraso, a quitação até o dia 9 de março do salário de fevereiro e a retomada do fluxo normal de pagamento (nos dias 15 e 30) a partir do mês de março.

“O acordo vai simplificar a forma de pagamento do passivo da empresa com os trabalhadores”, afirma o diretor do sindicato, Genildo Pereira Dias.

MAN Latin America avança em telemática

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business

A MAN Latin America ampliou as funcionalidades do Volksnet e do MAN Guard, sistemas de telemática para gerenciamento, monitoramento e rastreamento de frota voltados aos caminhões Volkswagen e MAN. As ferramentas ajudam a reduzir o custo operacional com um acompanhamento on-line detalhado. A chegada da segunda geração trouxe mais funções.

Entre as novidades estão informações em tempo real de desempenho dos caminhões, isoladamente e de toda a frota, considerando-se ainda tempo de ar-condicionado ligado, movimento em faixa econômica de rotação e principais infrações cometidas durante a viagem.

Com o dispositivo o transportador pode também acessar relatórios práticos de consumo de combustível e modo de condução de cada motorista para realizar treinamentos se for preciso. O relatório de Emissão de Carbono permite avaliar produção de CO₂, o que contribui para atender metas de sustentabilidade.

Empresas verdes exigem cada vez mais ações de controle de emissões por parte de seus fornecedores. E os gráficos da frota podem ser usados para acompanhar, comparar e verificar o impacto dessas medidas ao longo do tempo.

Outra possibilidade é o gestor da frota coordenar a coleta e distribuição de cargas, estabelecer pontos de entrega e pontos de parada durante o percurso, comunicando-se com o condutor em tempo real por um visor acoplado a um teclado no painel de instrumentos.

É possível ainda programar avisos como vencimento do seguro, da carteira de habilitação e status de manutenção da frota, além de informar as concessionárias mais próximas por um mapa de localização.

“Trata-se de um sistema totalmente alinhado ao conceito sob medida de nossos veículos. Ouvimos os clientes e aprimoramos os recursos com uma solução completa, voltada ao ganho de produtividade do veículo e à redução de custo operacional em até 20%”, afirma o gerente de marketing da MAN Latin America, João Herrmann.

“Outro foco é aumentar a segurança e contribuir para a prevenção de acidentes, sem deixar de lado as demandas relacionadas ao meio ambiente”, diz o executivo.

A instalação dos sistemas é oferecida de série para os cavalos mecânicos VW Constellation com motores de 390 e 420 cavalos e nos modelos MAN TGX produzidos a partir de 2016.

Para os demais Constellation, incluindo os veículos rígidos equipados com motor MAN D08, o Volksnet é opcional. O serviço é gratuito durante os seis primeiros meses de uso. Após esse período o cliente escolhe se quer ou não permanecer com o sistema ativo.

Montadoras esperam por grande ruptura no modelo de negócios em 5 anos

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business



Uma grande ruptura no modelo de negócio das montadoras globais é extremamente provável para acontecer nos próximos cinco anos, revela a 17ª edição da pesquisa global com os executivos do setor automotivo realizada pela KPMG, a KPMG International Global Automotive Executive Survey – GAES 2016. Neste ano, com 800 entrevistados de 38 países, dos quais 60 no Brasil, 82% apostam nesta mudança.

“Os modelos de negócio devem estar focados para atender às necessidades atuais dos clientes. Os players do segmento devem notar que tornar-se um prestador de serviço direcionado ao consumidor é de extrema importância”, afirma o diretor de relacionamento da KPMG no Brasil para a indústria automotiva, Ricardo Bacellar.

Para os executivos do setor, a conectividade e a digitalização são a tendência número um a ser seguida até 2025. De acordo com o levantamento, tais itens subiram da 10ª posição no ano passado para a 1ª neste ano.

“Uma forma pela qual as montadoras podem agregar valor e oferecer experiências customizadas aos clientes é utilizar ao máximo a grande quantidade de dados que tanto o carro como o cliente produzem”, destaca Bacellar.

No entanto, de acordo com o relatório, cerca de 70% dos entrevistados alegam que o uso dessas informações está em um estágio inicial e alguns até alegam que não fazem uso delas.

Enquanto isso, os clientes já estão cientes do valor de dados e querem receber por isso. Ao terem a opção de dar a ordem de classificação para as diversas alternativas de respostas, 82% dos clientes que responderam à pesquisa dizem que os benefícios monetários para os seus dados são a vantagem número um, seguidos pelos esquemas de incentivos ao cliente (75%) e serviço e experiência individualizados durante todo o ciclo de vida do consumidor (71%).

Por outro lado, os executivos acreditam que o serviço e a experiência individualizados durante todo o ciclo de vida do cliente e os esquemas de incentivos (ambos com 88%) são mais importantes que os benefícios monetários (82%).

Sobre inovação, mais de um terço de todos os entrevistados (35%) prevê que as empresas automotivas tradicionais estarão à frente das inovações, seguidas pelas empresas de tecnologia de informação e comunicação (30%). Entretanto, ao analisar apenas as respostas das montadoras, 35% acreditam que as empresas de TI e comunicação deverão liderar as inovações.

“À medida que o mercado automotivo enfrenta uma nova era altamente conectada e digitalizada com vários novos players, as montadoras parecem estar cientes de que

esses progressos ainda não são refletidos em modelos de negócio. Acreditamos que essas mudanças ajudarão a converter o setor para o próximo ciclo de desenvolvimento e os executivos do setor devem enxergar esse novo momento como uma grande oportunidade e não como um risco.”

Todos os dados da pesquisa e o estudo completo (em inglês) estão disponíveis em www.kpmg.com/GAES2016.

Lucro líquido da Marcopolo diminui 60% em 2015

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business

Em um ano atípico e sob profunda crise para o segmento de veículos comerciais pesados, a Marcopolo registrou lucro líquido de R\$ 89,1 milhões em 2015, representando queda de 60,2% sobre os ganhos do ano anterior, que foram de R\$ 224,1 milhões, de acordo com o balanço divulgado pela companhia ao mercado financeiro.

No comunicado, a empresa atribui o resultado à menor demanda e do mix de produtos mais leves destinados ao mercado brasileiro, somado à maior dificuldade de repasses de preços. Além disso, destaca uma maior despesa financeira resultante da variação cambial.

No faturamento houve retração de 19,4%, que passou de R\$ 3,40 bilhões em 2014 para R\$ 2,73 bilhões no ano passado, com perdas expressivas no mercado interno, mas parcialmente compensadas pelas receitas com as exportações e das operações no exterior.

Com o forte recuo da demanda no Brasil, o faturamento caiu 43,9%, passando de R\$ 2,25 bilhões para R\$ 1,26 bilhão, enquanto que no exterior, as receitas somadas cresceram 28,5%, para R\$ 1,47 bilhão.

Em 2015, com a produção de 17.511 ônibus, o mercado total de ônibus no Brasil ficou 38,4% abaixo do volume do ano anterior, que foi de 28.429 unidades. Deste total, a participação da Marcopolo aumentou 1,1 ponto porcentual, para 40,7% em 2015 contra 39,6%, em 2014.

Em linha com a queda do mercado, a produção da empresa diminuiu 37,5%, passando de 17,7 mil para 11 mil ônibus em 2015, dos quais 8,9 mil fabricados em unidades localizadas no Brasil, volume 42,7% menor na comparação anual.

As demais 2,2 mil unidades foram produzidas no exterior, 5,1% a menos do que em 2014.

As exportações a partir do Brasil cresceram 8,5% no ano passado com o embarque de 1,76 mil unidades contra as 1,62 mil de um ano antes.

PARA SUPERAR A CRISE

Para encarar o novo ano, a Marcopolo destaca a adoção de três ações a fim de superar as dificuldades do mercado interno, ainda estagnado em um nível muito abaixo do histórico.

Elas incluem o fortalecimento da atuação nos mercados de exportação e ampliação do portfólio de clientes, medidas para a redução de despesas e custos indiretos, e do aumento da eficiência operacional por meio da adoção dos conceitos Lean, além da melhoria do capital de giro por meio da redução de estoques e recebíveis.

Segundo a empresa, as exportações a partir do Brasil seguem aquecidas, impulsionadas principalmente pela taxa de câmbio que está mais competitiva.

O relatório aponta que ações que buscam novos mercados e a ampliação do portfólio de clientes no exterior já estão trazendo reflexo nos negócios fechados e naqueles em andamento.

Em relação às unidades controladas da Marcopolo no exterior, a empresa espera um ano melhor na Austrália, onde o programa de transformação está refletindo na melhoria da eficiência operacional.

No México, pretende intensificar a sua participação, especialmente no segmento de rodoviários, tanto por intermédio da continuidade da parceria com a Mercedes-Benz, como também pelas novas oportunidades de encarroçar com outras marcas de chassis.

Por fim, a empresa destaca que a retração da demanda em 2015 e neste início de 2016 representa um represamento dos pedidos que deverá se reverter em novos negócios assim que as condições econômicas e políticas do País permitirem.

Honda XRE 300 recebe ajustes na linha 2016

24/02/2016 – Fonte: Automotive Business



Chega em março às concessionárias Honda a linha 2016 da moto XRE 300, com pequenas mudanças e reajuste de 4,2% sobre as versões 2015. A moto de entrada sai agora por R\$ 15.560. Com freios ABS o valor sobe para R\$ 17.750.

Para se enquadrar à fase 2 do Promot 4, atual programa de controle de emissões, seu motor flex teve pequenas perdas de potência e torque. Com etanol são agora 25,6 cavalos (-2,7%) e 2,8 kgf.m (-1,7%).

Outra mudança decorrente do Promot ocorreu no tanque de combustível, que recebeu uma nova tampa e alterações internas que reduziram a emissão de vapores. A capacidade total teve ligeiro aumento e passou de 13,6 para 13,8 litros.

A linha 2016 inclui novo painel do tipo blackout, com fundo escuro e leitura mais fácil. Carenagens e grafismos também receberam mudanças. A XRE 300 foi a oitava moto mais vendida em 2015, com 28,4 mil unidades emplacadas.

Idade mínima e isonomia entre trabalhadores devem ser prioridade na reforma da Previdência, aponta CNI

24/02/2016 – Fonte: CNI

Para Confederação, só assim será possível evitar o agravamento do déficit previdenciário e garantir a sustentabilidade do sistema. Esta é a primeira reportagem especial que a Agência CNI de Notícias veicula sobre reformas que o Brasil precisa. Os próximos temas são as reformas tributária e trabalhista.

Proprietária de um salão de beleza em Brasília, Verônica Mendes, de 27 anos, há dois anos contribui por conta própria para a Previdência Social com a intenção de garantir uma renda no futuro, quando perder sua capacidade de trabalho. As recentes notícias sobre a situação do sistema previdenciário brasileiro, no entanto, têm deixado a empresária insegura.

Verônica teme que a Previdência Social não tenha recursos para honrar sua aposentadoria. Os números mostram que o medo de Verônica tem fundamento.

O Regime Geral da Previdência Social, que inclui todos os indivíduos que contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), fechou 2015 com um rombo de R\$ 85,8 bilhões, em valores corrigidos pela inflação.

Isso significa que os R\$ 350,3 bilhões arrecadados no ano não foram suficientes para pagar os benefícios de 32,7 milhões de aposentados e beneficiários que têm direito atualmente. Para a conta fechar, seriam necessários R\$ 436,1 bilhões.

O déficit do ano passado foi 38,1% superior ao de 2014. E em 2016, a expectativa é que a conta feche negativa em R\$ 131 bilhões. Somando o regime dos servidores públicos, o rombo deve passar de R\$ 200 bilhões.



O acúmulo de déficits ao longo dos anos ameaça a sustentabilidade do sistema e agrava a situação fiscal do país. "A gente guarda esse dinheiro durante anos e anos e quando chega em uma certa idade precisa ter a certeza de que ele estará lá. É um direito do trabalhador receber seu dinheiro de volta", afirma Verônica.

Presente no debate sobre contas públicas há pelo menos três décadas, a necessidade de se promover uma reforma na Previdência Social ganha peso na agenda do país.

"Temos uma granada que vai explodir em 2030 e que em 2050 vai virar uma bomba atômica demográfica e explodir totalmente o sistema previdenciário brasileiro", alerta o presidente do Instituto Brasileiro do Mercado de Capitais (Ibmec), Thomás Tosta de Sá.

Para a Confederação Nacional da Indústria (CNI), juntamente com as reformas tributária e trabalhista, a da Previdência é uma das três mudanças estruturais que podem ajudar o Brasil a sair da recessão.

"O Brasil precisa fazer reformas urgentes para retomar o caminho do crescimento", defende o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade. A partir desta quarta-feira (24), e durante três semanas, a Agência CNI de Notícias apresenta uma série de reportagens e debates sobre as três reformas.

Na próxima semana será a vez da reforma tributária e, na outra, o tema será a reforma trabalhista.

PROPOSTAS DA CNI - A prioridade da reforma da Previdência, para a CNI, deve ser o estabelecimento de uma idade mínima para que os trabalhadores possam se aposentar por tempo de contribuição.

Atualmente, a média de idade de aposentadoria do brasileiro é de 58 anos, contra 64,2 anos da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Com o aumento da expectativa de vida da população, o tamanho do rombo vai se agravar, uma vez que cada beneficiário ficará mais tempo recebendo o benefício. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) aponta que, em 2016, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer é de 75,7 anos, quase seis anos a mais que no início dos anos 2000. Em 2060, deve subir para 81,2 anos (veja quadro).

"O Brasil tem aposentadorias muito precoces. A Previdência do setor privado chega a quase 8% do PIB (Produto Interno Bruto). Somando a aposentadoria do setor público, corresponde a 14% do PIB. Só países com população muito envelhecida, como Canadá e Estados Unidos, têm percentual parecido.

Precisamos ter uma idade mínima com uma regra de atualização ao longo do tempo", afirma o gerente-executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco. "Isso, claro, preservando os direitos já adquiridos", destaca.

	 O número de filhos por mulher é cada vez menor	 Além disso, a expectativa de vida do brasileiro ao nascer também vem crescendo (em anos)	 Também está aumentando o percentual de pessoas com 60 anos ou mais em relação ao total da população (em%)
1980	4,1	62,6	6,2
1990	2,8	66,6	7,3
2000	2,4	69,8	7,9
2006	2,0	72,4	8,7
2016	1,7	75,7	11,7
2026	1,5	78,0	16,1
2060	1,5	81,2	32,5

A confederação defende ainda a isonomia do tempo de contribuição e da idade mínima para todos os trabalhadores. Isso englobaria a equiparação entre homens e mulheres, e um tratamento igual para professores e trabalhadores rurais no caso da aposentadoria por idade. Pelas regras atuais, os homens contribuem por 35 anos, e as mulheres, por 30 anos. Trabalhadores rurais e professores se aposentam cinco anos antes dos demais.

ENTRAVES PARA AVANÇAR - Apesar de ter eleito a sustentabilidade da Previdência como o "desafio maior para a política fiscal no Brasil", a presidente Dilma Rousseff não avançou com a pauta nos primeiros cinco anos de governo e terá dificuldade para aprovar uma reforma, na opinião de especialistas.

Na reunião do *Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social*, e que reuniu ministros, aposentados, trabalhadores e

empregadores no Palácio do Planalto no último dia 17 de fevereiro, o governo comprovou que enfrentará resistências.

Além das dificuldades que enfrentará com as centrais sindicais, há resistência ainda dentro do próprio governo e no Congresso, ressalta o especialista em Previdência Fábio Giambiagi.

"Não vejo como (aprovar a reforma). O PT é contra e a presidente da República não exerce qualquer liderança sobre a base aliada. E no contexto de escândalos em que vivemos, há uma resistência muito grande da opinião pública a fazer concessões a um governo que a população associa com o noticiário terrível que vemos nos jornais todos os dias", afirma Giambiagi.

AS CAUSAS DO PROBLEMA - Giambiagi destaca que a recessão atual agravou o tamanho do rombo, uma vez que reduziu a arrecadação e aumentou a inadimplência da contribuição paga pelas empresas, mas que o problema tem origem bem anterior. "O problema principal é a generosidade das nossas regras.

Há mais de 20 anos que nós especialistas temos enfatizado que é necessário fazer uma reforma do sistema. Infelizmente, todos nossos presságios se cumpriram, mas durante alguns anos o crescimento do gasto foi eclipsado pelo boom da receita, numa combinação zodiacal de boom de commodities e formalização da economia que não vai se repetir.

Quando a receita fraquejou, o aumento do gasto se fez ver de forma mais palpável".

PRÓXIMOS PASSOS - O *Fórum de Debates sobre Políticas de Trabalho, Emprego, Renda e Previdência Social* deve se reunir nas próximas semanas novamente para discutir os pontos da reforma apresentadas pelo Governo na tentativa de se buscar uma proposta consensual antes do envio do projeto, anunciado pelo governo para abril.

"O ideal é que tenhamos uma proposta que tenha o máximo de pontos consensuais possíveis. Há urgência na reforma.

Adiar é ampliar o problema, uma vez que o déficit previdenciário vai se expandir cada vez mais", afirma a gerente-executiva de Relações do Trabalho da CNI, Sylvia Lorena.

São sete os pontos que serão debatidos pelo grupo: idade média das aposentadorias, financiamento da Previdência Social, diferença de regras entre homens e mulheres, pensões por morte, previdência rural, regimes próprios de Previdência e convergência dos sistemas previdenciários.

OPINIÃO DA POPULAÇÃO



"A reforma era pra ontem. E em toda reforma um ganha e outro perde. Em relação ao trabalhador rural e aos trabalhos em que as pessoas desgastam mais, eu concordo com a diferença de idade. Eu acho que tem que ter diferenciação."

Miguel Carvalho, 61 anos, funcionário comissionado



"Não concordo que tenha que igualar homens e mulheres, porque as mulheres têm outras atividades a mais como mãe e dona de casa. Acho que esse diferencial não prejudica ninguém, pelo contrário, assim as mães gastam mais tempo para cuidar dos filhos e, por isso, elas devem ter um desconto no tempo de trabalho."
Isabel Farias, 48 anos, auditora fiscal



"Não acho que só deveria ter essa opção de se aposentar após uma certa idade. Acho que deveriam, no mínimo, ter outras situações que abarcassem desde uma aposentadoria voluntária precoce, parcialmente, com 10 anos, 20 anos, 35 anos, e que houvesse um benefício proporcional à contribuição."
Diego Barcellar, 33 anos, advogado



"A mulher não precisa trabalhar menos do que o homem. Os dois executam tarefas semelhantes e disputam o mercado de trabalho nas mesmas posições. Já o trabalhador rural, pela dificuldade do trabalho, principalmente aquele da pequena propriedade e que não está mecanizado, deveria ter uma atenção especial do governo".
Márcio Almeida, 49 anos, gestor de projetos



"Acho que a reforma é necessária, porque sair mais dinheiro do que entrar é muito arriscado. Daqui a alguns anos pode faltar dinheiro para nossos filhos e nossos netos".
Nagla de Carvalho, 50 anos, servidora

BATE-PAPO SOBRE REFORMA DA PREVIDÊNCIA - Nesta quinta-feira (25), a CNI vai promover um bate-papo sobre a reforma da Previdência, às 11h. Transmitido via Periscope - ferramenta de vídeo do Twitter - os participantes serão o gerente-

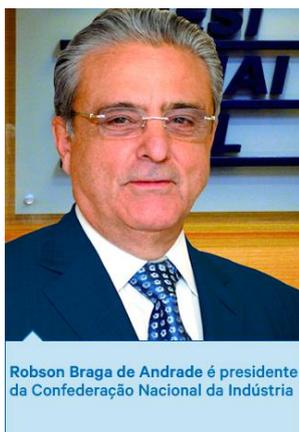
executivo de Política Econômica da CNI, Flávio Castelo Branco e o diretor de Estudos e Políticas Sociais do IPEA, André Bojikian Calixtre.

A mediação do debate fica por conta da coordenadora de economia da sucursal em Brasília do jornal Estado de S. Paulo, a jornalista Renata Veríssimo. Para assistir, acesse o [perfil da CNI no Twitter](#).

Na próxima quarta-feira (2 de março), vai ao ar a segunda reportagem especial da série Reformas que o Brasil precisa. Desta vez, o assunto é a reforma tributária. No dia seguinte (3) também haverá uma conversa entre especialistas transmitido pelo Twitter. Acompanhe!

ARTIGO: Uma reforma essencial

24/02/2016 – Fonte: CNI



Para o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, a reforma da Previdência é urgente. Caso mudanças não sejam feitas, o sistema pode quebrar, desamparando quem mais precisa dele.

Enquanto o país continuar adiando a solução de crônicos problemas, qualquer sucesso obtido pela política econômica será transitório. Produzir uma bolha de crescimento é fácil, mas os efeitos se mostram enganosos: depois do voo curto, vem a queda rápida.

Só atacando as raízes de nossas dificuldades é que vamos criar condições para uma expansão duradoura. Na origem das adversidades se destaca, entre outras, o desequilíbrio estrutural das contas públicas, em especial o da Previdência Social.

Pressionado pela necessidade de tapar buracos nos orçamentos, o governo demanda um volume cada vez maior de tributos, já que não executa um programa consistente de cortes de despesas.

Também tem de manter a taxa de juros nas alturas para, além de controlar a inflação, tomar seus títulos interessantes para investidores financeiros, para rolar a dívida. Assim, o setor público se apropria de recursos que poderiam ser usados pela iniciativa privada em investimentos na produção.

O equilíbrio orçamentário e a viabilidade da Previdência são essenciais para a retomada da capacidade de crescer. Com as despesas ajustadas, abre-se espaço para a redução da carga tributária, o que liberaria recursos para investimentos privados.

Com o orçamento livre das vinculações atuais, o Estado disporia de mais verbas para aplicar em infraestrutura e programas sociais. Além disso, ganharia agilidade e poderia

eleger novas prioridades na alocação dos recursos, de acordo com as necessidades de cada momento.

Os números de 2015 não deixam dúvidas: as contas públicas precisam ser reequilibradas com urgência. O governo central registrou um déficit de R\$ 115 bilhões, num crescimento de 518% em relação a 2014, já descontada a inflação.

Tomada isoladamente, a Previdência apresentou um buraco de R\$ 85,8 bilhões, numa expansão de R\$ 29,1 bilhões em relação ao resultado do ano anterior. Em 2015, o país consumiu 45% do PIB só com o desajustado Regime Geral de Previdência Social.

A superação da crise, com a restauração da estabilidade macroeconômica e o retomo do crescimento no Brasil, depende da reorganização fiscal. O controle real e permanente das contas públicas e não meramente cosmético e provisório deve ser feito com redução de gastos.

No caso do governo federal, eles caminham em sentido oposto: subiram de 174% para 20,1% do PIB de 2010 a 2014. E é bom ressaltar num ambiente de grave recessão, aumentar tributos não é remédio. É veneno.

O Estado precisa estabelecer mecanismos mais eficientes de gestão, com a redução da rigidez do orçamento e o fim das vinculações. Deve, ainda, rever despesas obrigatórias, que engessam a administração e atrapalham a mudança de prioridades.

Essa imobilidade, inscrita na Constituição, dificulta o próprio ato de governar. Ao tomar posse, o governante percebe que as verbas têm destino "carimbado", cabendo a ele manejar apenas cerca de 10% delas. Em Estados e municípios, no fim do ano passado, faltou dinheiro até para pagar o 13º salário do funcionalismo.

Quanto à Previdência Social, é necessário - e urgente - adotar a idade mínima para a aposentadoria por tempo de contribuição, ainda que a mudança seja escalonada num cronograma para não ferir direitos adquiridos.

Deve-se, também, desvincular do salário mínimo o valor dos benefícios, tanto previdenciários como assistenciais, e rever aposentadorias precoces de grupos e categorias profissionais. Se isso não for feito, o sistema pode quebrar, desamparando quem mais precisa dele.

Apesar da resistência de alguns segmentos políticos, o governo parece ter alcançado o entendimento de que é necessário rever e aperfeiçoar as regras do orçamento e da Previdência.

No setor privado isso já é consenso há muito tempo, mostrando que a sociedade civil tem sido mais rápida do que o Estado em compreender as reais necessidades do país.

Essa dupla reforma não resolve todos os problemas, mas, sem dúvida, representa enorme estímulo ao resgate da confiança no poder público, um requisito fundamental para atrair investimentos e assegurar a expansão econômica de longo prazo.

(Robson Braga de Andrade é empresário e presidente da [Confederação Nacional da Indústria \(CNI\)](#).)

Grupos que pretendem investir no litoral agradecem G7 por alteração na poligonal dos portos

24/02/2016 – Fonte: Agência FIEP



Representantes de grupos que pretendem investir em terminais portuários no litoral do Estado participaram, na última segunda-feira (22), em Curitiba, da reunião do G7, grupo das principais entidades do setor produtivo paranaense.

Eles agradeceram a articulação do G7 junto ao governo federal e estadual que possibilitou a mudança na chamada poligonal dos portos do Paraná. A medida altera o espaço de abrangência do porto público e passa a permitir a construção de novos terminais em áreas privadas em Pontal do Paraná, Paranaguá e Antonina.

Estiveram presentes na reunião Ricardo Salcedo, da JCR Administradora e Participações S/A; Luiz Roberto Braga Pinto, da Martini Meat S/A; e Cesar Soares, do Grupo Família Cattalini.

Os três grupos têm planos de investimentos no litoral, mas até agora os projetos não podiam sair do papel, entre outras razões, pelas restrições impostas pela antiga poligonal. No total, estima-se que cerca de 4 mil postos de trabalho sejam gerados no litoral com esses investimentos.

Apenas um dos empreendimentos – o Porto Portal, um terminal de contêineres da JCR, que inclusive já possui licença de instalação liberada – deve gerar 1,5 mil empregos diretos em sua fase de construção.

Após isso, na fase de operação, serão mais 1 mil empregos diretos para sua operação. A expectativa é que a construção do terminal comece no meio deste ano. Além desse, outros três projetos já estariam prontos para ser executados.

“Fizemos um agradecimento ao G7, que vinha nos acompanhando nessa questão há dois anos”, disse Salcedo. “A alteração na poligonal demonstra a capacidade mobilizadora do setor produtivo”, completou.

O presidente do Sistema Federação das Indústrias do Paraná (Fiep), Edson Campagnolo, que é o atual coordenador do G7, destacou que os investimentos, além de representarem ganhos de competitividade para o setor produtivo paranaense no futuro, serão um importante suporte para o desenvolvimento econômico e social do litoral do Estado.

“Esses empreendimentos movimentarão a economia do litoral, que hoje vive basicamente do movimento de turistas na temporada, gerando oportunidades de empregos e negócios”, disse.

Campagnolo ressaltou ainda a importância da união do G7 em torno da questão da poligonal. “Essa era uma antiga demanda de todos os segmentos produtivos do Paraná e a alteração só foi possível graças à união de todas as entidades”, afirmou.

Entenda a mudança

No último dia 12, o governo federal publicou no Diário Oficial da União o decreto que altera o traçado da poligonal dos Portos de Paranaguá e Antonina – uma linha imaginária que delimita a abrangência do porto público.

Com a modificação, inúmeras áreas deixam de fazer parte do limite de atuação do porto, abrindo a possibilidade de ampliação da base portuária paranaense por meio de investimentos privados.

O G7 foi um dos principais articuladores para que houvesse a alteração, levando a reivindicação a autoridades estaduais e federais por meio de ofícios, reuniões com ministros e parlamentares e encontros técnicos para debater o assunto.

Taxa do cheque especial sobe em janeiro a 292,3%, revela BC

24/02/2016 – Fonte: R7

A taxa média de juros no crédito livre subiu de 47,2% ao ano em dezembro para 49,4% ao ano em janeiro, conforme informou nesta quarta-feira, 24, o Banco Central.

Em janeiro de 2015, essa taxa estava em 39,1% ao ano. Para pessoa física, a taxa média de juros no crédito livre passou de 63,7% ao ano para 66,1% ao ano, de dezembro para janeiro, enquanto a para pessoa jurídica, subiu de 29,7% ao ano para 31,5% ao ano no mesmo período.

Entre as principais linhas de crédito livre para a pessoa física, destaque para o cheque especial, cuja taxa avançou de 287,0% ao ano para 292,3% ao ano na mesma comparação. Para o crédito pessoal, aumentou de 28,8% ao ano para 29,3% ao ano.

Para veículos, os juros subiram de 26,0% ao ano para 27,5% ao ano de dezembro para janeiro.

Em janeiro de 2015 estava em 23,8%. A elevação no mês foi de 1,5 ponto percentual (pp). Em 12 meses, a taxa apresenta alta de 3,7pp.

A taxa média de juros no crédito total, que inclui também as operações direcionadas, acelerou de 29,7% ao ano em dezembro para 31,4% ao ano em janeiro. No primeiro mês de 2015 estava em 24,9%.

O juro médio do crédito direcionado passou de 9,8% ao ano para 11,0% ao ano na margem.

Cartão de crédito

O juro médio total cobrado no cartão de crédito subiu 7,2 pontos percentuais de dezembro do ano passado para janeiro, conforme o Banco Central. Com a alta, a taxa passou de 97,3% ao ano em dezembro para 104,5% ao ano no mês passado.

O juro do rotativo é a taxa mais elevada desse segmento e também a mais alta entre todas as avaliadas pelo BC, batendo até mesmo a do cheque especial.

Atingiu a marca de 439,5% ao ano em janeiro ante 431,4% de dezembro, uma elevação de 8,1 pontos percentuais.

No caso do parcelado, ainda dentro de cartão de crédito, o juro aumentou 8,3 pontos de dezembro para janeiro, passando de 136,2% ao ano para 144,5% ao ano.

24/02/2016 – Fonte: R7



As três principais agências de classificação de risco do mundo rebaixaram as notas de crédito do Brasil e retiraram o chamado “grau de investimento”, uma espécie de selo de bom pagador do País.

As notas dadas pelas agências de risco servem de termômetro para os investidores estrangeiros, que consideram esse selo para decidir se investem em um determinado país ou empresa.

Certo! Mas o que muda na sua vida?

Sem o selo de bom pagador — o grau de investimento —, o Brasil fica sujeito ao humor dos investidores estrangeiros, que devem destinar seus recursos para outros países mais seguros.

O primeiro sintoma é o fluxo menor de dólares para País, o que deverá fazer a moeda americana disparar ainda mais — a moeda já está acima de R\$ 3,96.

Com o dólar mais caro, fica mais caro viajar para o exterior e comprar produtos estrangeiros — cotados em dólar.

Isso vale tanto para as compras internacionais que você faz no seu cartão de crédito como as máquinas e equipamentos e matérias-primas de que a indústria precisa para sua operação.

Outra consequência é um possível impacto no mercado de trabalho.

Com menos financiamento estrangeiro, os cofres das empresas também ficam mais enxutos, porque tomar dinheiro emprestado fica mais caro. Isso porque o governo brasileiro pode responder com o aumento dos juros básicos da economia.

Em consequência, os investimentos na cadeia produtiva diminuem e o desaquecimento da economia se agrava.

Com menos máquinas e equipamentos disponíveis, são necessários menos trabalhadores para operá-los.

Em outras palavras, o nível de desemprego — já em 9%, segundo a Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) — poderá aumentar.

FITCH RATINGS	STANDARD & POOR'S	MOODY'S	SIGNIFICADO NA ESCALA
AAA	AAA	Aaa	Grau de investimento com qualidade alta e baixo risco
AA+	AA+	Aa1	
AA	AA	Aa2	
AA-	AA-	Aa3	
A+	A+	A1	
A	A	A2	
A-	A-	A3	
BBB+	BBB+	Baa1	Grau de investimento, qualidade média
BBB	BBB	Baa2	
BBB-	BBB-	Baa3	
BB+	BB+	Ba1	Categoria de especulação, baixa classificação
BB	BB	Ba2	
BB-	BB-	Ba3	
B+	B+	B1	
B	B	B2	
B-	B-	B3	
CCC+	CCC+	Caa1	Risco alto de inadimplência e baixo interesse
CC	CCC	Caa2	
C	CCC-	Caa3	
RD	CC	Ca	
D	C	C	
	D		

Fonte: EuQueroInvestir.com

Entenda os critérios

O grau de investimento funciona como um atestado de que os países não correm risco de dar calote na dívida pública.

Abaixo dessa categoria, está o grau especulativo, cuja probabilidade de deixar de pagar a dívida pública sobe à medida que a nota diminui. Quando um país dá calote, os títulos passam a ser considerados como de lixo. O mesmo vale para as empresas.

Para chegar à nota, as agências avaliam indicadores macroeconômicos, como a inflação e a geração de riquezas (PIB, Produto Interno Bruto), a situação financeira do país ou da empresa — como a economia do governo para pagar juros da dívida (superávit primário) — e a conjuntura do País ou empresa diante da economia global.

Para exemplificar, é como sua aprovação de crédito quando vai comprar determinado produto em parcelas numa loja.

Você precisa ter o crédito aprovado antes de ter a compra a prazo aprovada — apenas a escala é maior, por se tratar de um país. Quando a financeira ou a própria loja considera o crédito do consumidor como bom, a compra é aprovada.

O mesmo vale para as agências de classificação de risco. Quando consideram o país bom, ele ganha o cobiçado "investment grade" ("grau de investimento"): isso é o sinal verde para que investidores do mundo todo considerem o país com essa nota um ambiente seguro para seu dinheiro — ou seja, tem pelo menos um sinal de que não levarão calote. Mas a nota costuma passar por revisões - assim como o crédito do consumidor.

Brasileiro leva oito meses para se recolocar no mercado de trabalho

24/02/2016 – Fonte: Bem Paraná

De acordo com uma estimativa realizada pelo Serviço de Proteção ao Crédito (SPC Brasil) através de dados do IBGE, um brasileiro que fica desempregado demora cerca de oito meses para se recolocar no mercado de trabalho.

De acordo com os dados do IBGE, a taxa de desemprego avançou mais de dois pontos percentuais ao longo do ano passado, o que significa que cerca de 1,7 milhão de

pessoas estavam à procura de um emprego no final de 2015, montante 42,5% maior do que no ano de 2014.

“Os oito meses estimados pelo SPC Brasil é um período significativamente maior que os 6,8 meses que eram necessários no final de 2014, um aumento de 36 dias”, analisa Marcela.

“O tempo maior para a recolocação é reflexo da conjuntura econômica atual, em que se observa o fechamento de postos de trabalho ao invés da criação de outros novos”, diz a economista-chefe do SPC Brasil, Marcela Kawauti.

Nova linha de financiamento à exportação privilegia empresa inovadora

24/02/2016 – Fonte: Bem Paraná

O BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) lançou nova linha de financiamento à exportação, combinando a de pré-embarque para capital de giro, voltado à produção de bens para exportação, com o apoio a empresas de perfil inovador.

“Fomos buscar a referência de perfil inovador com as demais linhas do banco de apoio à inovação”, disse nesta terça (23) o chefe de departamento da Área de Exportação do BNDES, Carlos Frederico Braz de Souza.

As informações são da Agência Brasil. Com a nova linha, denominada Exim Pré-embarque Empresa Inovadora, destinada ao financiamento para exportação de bens de capital e de bens de consumo nacionais, “o banco dá capital de giro em condições favoráveis para que essas empresas possam investir, se capacitar e, portanto, operar com margem suficiente para poder exportar e se inserir internacionalmente”.

A nova linha poderá também apoiar a exportação de serviços de TI (tecnologia da informação) desenvolvidos no Brasil.

O novo produto do BNDES contempla empresas produtoras e exportadoras com faturamento anual de até R\$ 300 milhões, incluindo desde micro, pequenas e médias até médias grandes empresas, informou Braz de Souza.

Para se candidatar ao financiamento, as empresas inovadoras devem atender alguns critérios, entre os quais ter adquirido serviços tecnológicos por meio do Cartão BNDES no portal da instituição, participar de fundos de investimento de empresas emergentes, dispor de uma patente, ter sido apoiada por programas dos governos federal ou estadual de inovação ou ter recebido apoio de linhas de inovação do próprio BNDES nos últimos cinco anos.

“No momento em que a empresa preenche qualquer um desses requisitos, ela está habilitada ao apoio do banco nessa linha”, acrescentou Souza. Os custos financeiros incluem TJLP (Taxa de Juros de Longo Prazo), atualmente em 7,5% ao ano.

“O que essa linha tem de diferente é a composição de custos”, destacou Carlos Frederico Braz de Souza. Na linha normal de pré-embarque à exportação, são cobrados 50% de TJLP mais 50% de taxa básica Selic.

“Nessa linha, eu faço 100% de TJLP. É um custo muito mais atrativo.” Outro diferencial é o prazo de financiamento de até 36 meses, contra o prazo normal de dois anos da linha de pré-embarque.

“O novo produto do BNDES já pode ser acessado pelas empresas inovadoras. Para o presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro (TI Rio), Benito Paret, qualquer iniciativa que signifique financiar o setor de TI é bem-vinda. “A concorrência está com a faca nos dentes”.

“Toda linha de financiamento com condições de prazo e que facilite às empresas, principalmente as menores, comercializar seus produtos no exterior é uma grande ajuda para o setor”, concluiu Paret.

Vendas de combustíveis caíram 12,7% em janeiro, diz ANP

24/02/2016 – Fonte: Bem Paraná

As vendas de combustíveis no Brasil somaram 10,514 bilhões de litros em janeiro, queda de 12,7% com relação ao mesmo mês do ano anterior, segundo dados da ANP (Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis).

É o menor volume desde 2012. A retração foi generalizada, atingindo inclusive o mercado de etanol hidratado, o único que se mantinha em alta nos últimos meses de 2015. As vendas do combustível caíram 3,2% no mês passado, para 1,2 bilhão de litros.

O mercado de gasolina encolheu 13,9%, para 3,322 bilhões de litros, e o de óleo diesel caiu 16,7%, para 3,942 bilhões de litros. Em 2015, as vendas de combustíveis no país registraram queda de 1,9%, a primeira desde 2013, reflexo da retração da atividade econômica no país.

Inadimplência aumentou 10% no Paraná, indica Faciap

24/02/2016 – Fonte: Bem Paraná

O Indicador Faciap de Inadimplência Acumulada de julho/2015, confirmou o aumento de dívidas acumuladas registradas na Base Centralizadora Faciap de Proteção ao Crédito (BCF), que conta com informações de todo o Paraná em parceria com o SPC Brasil e Serasa Experian.

O indicador fechou com aumento de 10% em relação a 2014.

“Foi um ano difícil. O volume de intenções de compras a crédito caiu, o varejo apertou mais o filtro da avaliação de crédito, na tentativa de dar crédito de forma mais responsável e consciente, e mesmo assim a inadimplência no varejo cresceu 10% mais do que no ano de 2014, que já teve uma inadimplência 6,8% maior do que em 2013”, afirma o coordenador da BCF, Edson Araújo Filho.

O Indicador Faciap de Inadimplência (IFIN) indica a variação de crescimento na quantidade efetiva de dívidas registradas pelo varejo no ano, acumulado mês a mês, em relação ao mesmo período do ano anterior, a partir de informações da maior rede de proteção ao crédito do Paraná, a BCF, conveniada ao Serviço de Proteção ao Crédito – SPC Brasil e à Serasa Experian.

A BCF é formada por 251 cidades paranaenses, presentes nas Associações Comerciais e Câmara de Dirigentes Lojistas.

Alta cúpula dos sócios da Usiminas se reúne para discutir rumo da siderúrgica

24/02/2016 – Fonte: O Estado de S. Paulo



O alto escalão dos sócios da Usiminas – os acionistas controladores Nippon Steel e Techint – se reuniu no início desta semana para discutir o futuro da siderúrgica mineira, que está altamente endividada e corre sério risco de pedir recuperação judicial, apurou o **Estado** com duas fontes familiarizadas com o assunto.

Os presidentes Paolo Rocca, do grupo ítalo-argentino Techint, e da japonesa Nippon, Kosei Shindo, sentaram, pela primeira vez este ano, para discutir o futuro da companhia.

Executivos da Usiminas têm feito, nas últimas semanas, uma peregrinação pelos bancos para tentar realongar as dívidas. Entre 2016 e 2017, o endividamento é de quase R\$ 4 bilhões.

O executivo Rômelo Souza, presidente da siderúrgica, está esta semana no Japão. Segundo fontes, ele estaria em conversas com o JBIC (Japan Bank for International Cooperation), um dos maiores credores da Usiminas.

Além do JBIC, foram contatados o BNDES, Bradesco, Itaú, Santander e Banco do Brasil. O discurso dos bancos tem sido o mesmo: o alongamento das dívidas depende de uma capitalização.

Na semana passada, a Usiminas divulgou balanço. Em 2015, a empresa encerrou com receita de R\$ 10,2 bilhões, queda de 13,25% sobre 2014. No período, o prejuízo líquido ficou em R\$ 3,6 bilhões e a dívida acumulada líquida de R\$ 7,9 bilhões.

A empresa tem em caixa cerca de R\$ 2 bilhões, uma parte dela represada na Musa (mineradora da Usiminas) e está correndo para vender seus ativos, entre eles, a Usiminas Mecânica, de bens de capital.

“Só vejo duas saídas para a Usiminas: ou uma capitalização ou um dos sócios comprando a participação do outro”, disse uma outra fonte, que também é próxima à operação, mas não quis se identificar.

Não é a primeira vez que os acionistas discutem a compra de participação um do outro. A Nippon, segundo fontes ligadas ao grupo japonês, já teria manifestado interesse na compra da parte da Techint. Mas não houve consenso sobre preço. “A Nippon descarta a venda de sua fatia na companhia”, disse uma fonte próxima ao grupo.

Quando entrou na siderúrgica no fim de 2011, a Techint fez pesados desembolsos, de cerca de R\$ 5 bilhões para comprar as fatias da Votorantim e Camargo Corrêa na companhia.

Em 2014, colocou quase R\$ 1 bilhão para adquirir a fatia da Previ (fundo de pensão do Banco do Brasil). A companhia quer rediscutir o acordo de acionistas da siderúrgica, com validade até 2031.

Toda a decisão tem de ser consensual, mas os dois sócios romperam relações em setembro de 2014. Os diretores indicados pela Techint foram destituídos do comando da empresa.

Nesta terça-feira, 23, a Ternium, subsidiária do grupo Techint, divulgou balanço global referente ao quarto trimestre. Em 2015, apresentou uma baixa contábil de US\$ 191,9 milhões na Usiminas. Em 2014, já tinha feito baixa contábil de US\$ 739,8 milhões.

A Ternium encerrou o quarto trimestre com receita de US\$ 1,8 bilhão, queda de 16% sobre o mesmo período de 2014.

O Ebitda (juro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização) no quarto trimestre caiu 1%, para US\$ 297,1 milhões. A Ternium tem reduzido custos como forma de compensar a forte queda da receita.

Moody's é terceira agência internacional a classificar o Brasil como mau pagador

24/02/2016 – Fonte: EM.com

A decisão da nota soberana pela Moody's surpreendeu pelo rebaixamento duplo - em dois graus de uma vez só - e marca por ser a última entre as três principais agências de classificação de risco a colocar os títulos da dívida brasileira na categoria de grau especulativo. Com a ação, o Brasil perde o rótulo de bom pagador e, assim, é excluído da cesta de países em que vale a pena investir.

A primeira agência que retirou o grau de investimento do País foi a Standard & Poor's. O rebaixamento veio no dia 9 de setembro do ano passado, quando a S&P cortou em um grau (de BBB- para BB+).

Em julho, a agência já havia alertado analistas do mercado financeiro quando, no dia 28, havia alterado a perspectiva da nota para negativa.

A segunda ação de classificação do Brasil como mau pagador aconteceu no dia 16 de dezembro pela Fitch. A agência alterou o rating do Brasil de BBB- para BB+, com perspectiva negativa.

Na semana passada, a Standard & Poor's decidiu reduzir a nota brasileira em mais um grau. No dia 17, a S&P mudou o rating de longo prazo em moeda estrangeira do País de BB+ para BB com perspectiva negativa.

A decisão dupla da Moody's chega em um contexto político delicado. Nesta quarta-feira, 24, João Santana, marqueteiro das campanhas eleitorais da presidente e Dilma Rousseff e do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, prestará depoimento para a Polícia Federal.

Além disso, o vice-presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes, afirmou que é possível incluir novas provas, colhidas no âmbito da Operação Lava Jato, no processo que pede a cassação do mandato da presidente da República e do vice, Michel Temer.

Artigo: Moody's puxa o band-aid da economia

24/02/2016 – Fonte: G1

De tão esperado, o rebaixamento da nota de classificação de risco do Brasil pela Moody's não deveria fazer nem cócegas. Mas faz, ou pior, dá urticária. A agência foi a última do trio composto ainda por Standard & Poor's e Fitch a arrancar o selo de bom pagador do país.

É como puxar o último band-aid que escondia o tamanho da ferida – dói e abala. Mas assim como acontece com o ralado no joelho, passado o susto, a dor também modera.

A decisão da Moody's já estava "no preço" dos ativos brasileiros desde que a S&P inaugurou o movimento de desqualificação do valor soberano do país em setembro passado.

Aliás, a S&P já fez até um segundo movimento, empurrando mais para baixo a classificação de risco do Brasil. Chegar por último, entretanto, não diminui o poder de contaminação de expectativas sobre a economia. Táí o dólar subindo logo após o anúncio da entidade para não me deixar mentir.

No comunicado da decisão a Moodys explica que o corte foi influenciado pela maior "deterioração das métricas de crédito do Brasil" – em português isso quer dizer que eles veem a dinâmica do endividamento público numa rota negativa e imprevisível.

Tanto assim, que os analistas da Moody's esperam que a dívida chegue a 80% do PIB nacional nos próximos três anos. Esta previsão levou a agência a impor uma perspectiva negativa para suas próximas decisões, ou seja, pode vir mais rebaixamento pela frente.

Com uma dose de diplomacia, para não dizer eufemismo, os analistas estrangeiros qualificam de "desafiadora" a dinâmica da política nacional. Põe desafiadora nisso, dona Moody's.

E isto não se aplica apenas para a aprovação de medidas de ajuste fiscal e reformas "estruturais" do país. Atualmente, é a governabilidade que está em jogo a cada avanço das investigações da Operação Lava Jato.

Os adjetivos aplicados pelas agências de classificação de risco são comuns, sendo "deterioração" o mais repetido pelo trio de bedéis do mercado financeiro internacional.

Qualquer expectativa de reversão do que veem agora os analistas vai depender, pelo menos, da interrupção da piora dos fundamentos econômicos brasileiros.

Não valendo milagre, ainda não é possível enxergar onde está o fundo da descida. (Thais Herédia – jornalista especializada em economia e política).

Juro do cartão chega a 439%, e o do cheque é o maior em quase 22 anos

24/02/2016 – Fonte: G1

Os juros médios cobrados pelos bancos nas operações com cheque especial somaram 292,3% ao ano em janeiro – o maior patamar desde julho de 1994 (293,9% ao ano), ou seja, em quase 22 anos, segundo números divulgados nesta quarta-feira (24) pelo Banco Central.

Os juros cobrados pelos bancos nesta linha de crédito tiveram aumento de 5,3 pontos percentuais no mês passado, pois somavam 287% ao ano em dezembro.

Nos últimos doze meses, a alta foi de 83,3 pontos percentuais - estavam em 209% ao ano em janeiro de 2015.

Segundo analistas, essa é uma das taxas de juros mais caras do mercado e só deve ser utilizada em momentos de emergência e por um prazo curto.

Cartão de crédito

Se a taxa de juros é alta para o cheque especial, ela é considerada proibitiva para o cartão de crédito rotativo. Segundo os números do BC, os juros médios cobrados pelos bancos nestas operações – a modalidade mais cara do mercado – somaram 439% ao ano em janeiro, o maior patamar da série histórica, que tem início em março de 2011.

No mês passado, o aumento foi de 8,1 pontos percentuais e, nos últimos doze meses, foi de 104,9 pontos percentuais

Junto com o cheque especial, os juros do cartão de crédito rotativo são os mais caros do mercado.

A recomendação de economistas é que os clientes bancários paguem toda a sua fatura do cartão no vencimento, não deixando saldo devedor, e que evitem também usar o cheque especial o máximo possível, apesar de a linha ser de fácil acesso (crédito pré-aprovado).

Alta dos juros básicos da economia

O aumento dos juros bancários, no ano passado, acompanhou a alta da taxa básica da economia, fixada pelo Banco Central a cada 45 dias para tentar conter as pressões inflacionárias.

A Selic, porém, subiu bem menos do que os juros bancários no ano passado. Desde o começo de 2015, taxa avançou de 11,75% para 14,25% ao ano, ou seja, um aumento de 2,5 pontos percentuais. Os números mostram que os bancos elevaram suas taxas de juros ao consumidor de maneira bem mais intensa.

Consignado, crédito pessoal e veículos

No caso das operações de crédito pessoal para pessoas físicas (sem contar o consignado), de acordo com o Banco Central, a taxa média cobrada pelos bancos somou 118,4% ao ano em janeiro, contra 117,7% em dezembro do ano passado.

Nesse caso, houve uma alta de 0,7 ponto percentual em janeiro e de 10,9 pontos percentuais em doze meses.

Ainda segundo o BC, a taxa média de juros cobrada pelas instituições financeiras nas operações do crédito consignado (com desconto em folha de pagamento) somou 29,3% ao ano em janeiro – o que representa um aumento de 0,5 ponto percentual em relação a dezembro de 2015 (28,8% ao ano). Em doze meses, a alta foi de 2,9 pontos percentuais.

Segundo o BC, a taxa média de juros para aquisição de veículos por pessoas físicas, por sua vez, somou 27,5% ao ano em janeiro, contra 26% ao ano em dezembro do ano passado. Neste caso, houve um aumento de 1,5 pontos percentuais no mês passado e de 3,7 pontos percentuais em doze meses.

Indústria manteve parada 38% da produção em janeiro, diz CNI

24/02/2016 – Fonte: G1

A indústria brasileira manteve parada em janeiro 38% da sua capacidade de produção, informou nesta quarta-feira (24) a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O índice, igual ao registrado em dezembro, é o menor da série histórica, que começa em 2011.

O documento aponta ainda que os índices que medem a atividade e o emprego na indústria nacional voltaram a cair em janeiro, chegando, respectivamente, a 39,7 pontos e 41,4 pontos. Quanto mais abaixo de 50 pontos, pior é a avaliação.

No mês passado, também houve queda no volume de estoques da indústria, que ficou em 48,4 pontos. A intenção de fazer investimentos teve a segunda queda consecutiva e está agora em 39,8 pontos.

De acordo com a CNI, esta edição da Sondagem Industrial ouviu 2.480 empresas (1.034 pequenas, 889 médias e 557 de grande porte) entre 2 e 18 de fevereiro.

Indústria de embalagem vê retração de 2,8% na produção em 2016

24/02/2016 – Fonte: G1

A indústria de embalagem espera retração de 2,8% na produção física neste ano, queda menor que a de 4,31% registrada no acumulado de 2015, de acordo com estudo da Associação Brasileira de Embalagem em parceria com o Ibre/FGV divulgado nesta quarta-feira (24).

O volume bruto de produção ficou em R\$ 57,3 bilhões no ano passado, refletindo o cenário de recessão econômica no Brasil. O maior recuo na produção foi verificado nas embalagens de madeira (-12,8%), seguido pelas de papel, papelão e cartão (-5,6%).

A retração de 2016 deve ser inferior à de 2015 por conta do efeito cambial, disse o economista Salomão Quadros, responsável pelo estudo.

"O dólar a R\$ 4 estimula exportações e inibe importações, então o setor de embalagem tende a ser indiretamente beneficiado. E os estoques das indústrias estão diminuindo, vai haver um movimento de reposição", afirmou.

Ele ressaltou, no entanto, que esses elementos podem não ser suficientes para o setor voltar a mostrar crescimento até o fim do ano. "Poderemos ver adiadas para 2017 as primeiras taxas positivas de crescimento da produção de embalagem que previmos para o quarto trimestre de 2016", disse.

Weg tem alta de 46% no lucro líquido do 4º tri apoiada em mercado externo

24/02/2016 – Fonte: G1

A Weg teve alta de 46% no lucro líquido do quarto trimestre, apoiado em uma expansão de 25% na receita que por sua vez foi guiada por expansão no mercado externo.

A fabricante de motores e componentes elétricos e tintas industriais teve lucro líquido de cerca de R\$ 384 milhões entre outubro e dezembro, resultado quase 45% maior que o obtido no terceiro trimestre.

Enquanto a receita líquida no mercado externo teve expansão de 53% na comparação com o quarto trimestre de 2014, para R\$ 1,674 bilhão, o faturamento no mercado interno recuou 2,4%, refletindo a recessão vivida no Brasil. Excluindo aquisições, a receita do mercado externo subiu 48,5%.

Em dólares, o faturamento externo da Weg foi de 435,6 milhões, alta de 1,5% sobre um ano antes.

A empresa pratica preços locais nos mercados onde atua e informou que nestas moedas o crescimento da receita no quarto trimestre foi de 9,6%.

"No Brasil o desempenho econômico foi novamente fraco. Houve rápida deterioração da situação fiscal, da inflação e enfraquecimento da taxa de câmbio, resultando em forte recessão (...)

O desempenho do setor industrial foi ainda pior com a produção industrial brasileira encerrando o ano com queda de 8,3%", afirmou a Weg no balanço.

A geração de caixa medida pelo lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) somou R\$ 382 milhões no mesmo período, praticamente estável sobre os três últimos meses de 2014, com oscilação negativa de 0,3%. A margem recuou de 17,6% para 14% no quarto trimestre do ano passado.

A companhia investiu R\$ 468 milhões em 2015, com a maior parte disso, 57%, dedicada ao exterior.

No quarto trimestre, a Weg iniciou novas unidades produtivas de motores elétricos no México e na China. Para 2016, a expectativa é de manutenção do nível dos investimentos, a R\$ 470 milhões.

A empresa encerrou 2015 com caixa disponibilidades de R\$ 4,8 bilhões e financiamentos de R\$ 5,2 bilhões, resultando em uma dívida líquida de R\$ 357 milhões.

Faturamento da indústria de máquinas cai 35% em janeiro, diz Abimaq

24/02/2016 – Fonte: Isto É Negócios

A indústria brasileira de máquinas e equipamentos faturou R\$ 4,121 bilhões em janeiro, recuo de 35% ante o volume do mesmo mês de 2015, mostram dados divulgados nesta quarta-feira, 24, pela Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq). Em relação a dezembro, a receita total do setor diminuiu 24,2%.

De acordo com dados da Abimaq, o consumo aparente do setor - indicador que mede a produção interna mais importações e exclui exportações - totalizou R\$ 8,214 bilhões em janeiro, retração de 25% em relação a janeiro do ano passado, mas 14,7% maior do que o número de dezembro passado.

Déficit comercial

O déficit comercial da indústria de máquinas e equipamentos ficou em US\$ 823,56 milhões em janeiro, queda de 38,3% ante o déficit de cerca de US\$ 1,5 bilhão registrado no mesmo mês de 2015, mostram dados da Abimaq. Já ante dezembro de 2015, o déficit cresceu 191%, refletindo uma deterioração nas condições do setor.

As exportações alcançaram US\$ 509,31 milhões no mês passado, declínio de 12,1% em relação a janeiro de 2015 e queda de 40,4% na comparação com dezembro.

As importações do setor no mês passado, por sua vez, diminuíram 30,4% frente a janeiro de 2015, para US\$ 1,332 bilhão, e apresentaram avanço de 17,1% ante dezembro.